

# Reflexões Feministas

#2

DEZ. 2018



PARA ALÉM DO EXTRATIVISMO:  
ALTERNATIVAS FEMINISTAS PARA  
UM DESENVOLVIMENTO EQUITATIVO  
EM TERMOS SOCIAIS E  
DE GÉNERO EM ÁFRICA



Zo Randriamaro

O actual modelo de desenvolvimento extrativista está em crise no continente Africano. Após o discurso promissor de uma “África emergente” para a prosperidade, e da sua capacidade de se libertar da dependência colonial e das garras da pobreza através da exploração dos seus recursos, a realidade socioeconómica do povo Africano não melhorou. O crescimento económico não se traduziu no bem-estar, não transformou as condições de vida para a maioria da população Africana, nem libertou o povo Africano da exploração através da criação de empregos decentes. Muito pelo contrário, o tipo de desenvolvimento capitalista que é posto em prática nos países deste continente está a aumentar a divisão entre os ricos e os pobres, a intensificar os conflitos da terra e a promover o militarismo e o autoritarismo.

Este documento proporciona uma análise dos actuais modelos de desenvolvimento, numa perspectiva feminista, e apresenta ideias de alternativas equitativas em termos sociais e de género direccionadas ao sistema económico do extrativismo.





# EXTRATIVISMO E DESIGUALDADES SOCIOECONÓMICAS: REFLEXÕES PARA O DESENVOLVIMENTO EQUITATIVO EM TERMOS SOCIAIS E DE GÉNERO EM ÁFRICA

O actual modelo de desenvolvimento extrativista está em crise no continente Africano. Após o discurso promissor de uma “África emergente» para a prosperidade, e da sua capacidade de se libertar da dependência colonial e das garras da pobreza através da exploração dos seus recursos, as realidades socioeconómicas do povo Africano não melhoraram. O crescimento económico não se traduziu no bem-estar, não transformou as condições de vida para a maioria da população Africana, nem libertou o povo Africano da exploração através da criação de empregos decentes. Muito pelo contrário, o tipo de desenvolvimento capitalista que é praticado nos países deste continente está a aumentar a divisão entre os ricos e os pobres, a intensificar os conflitos da terra e a promover o militarismo e

o autoritarismo. Este documento proporciona uma análise dos actuais modelos de desenvolvimento, numa perspectiva feminista, e apresenta ideias de alternativas equitativas em termos sociais e de género direccionadas ao sistema económico do extrativismo.

A primeira secção analisa as características do quadro económico do extrativismo, incluindo as interligações locais, nacionais, regionais e globais. A segunda secção explora os custos ambientais e sociais, seguida pela análise das dimensões de género do extrativismo apresentada na terceira secção. A última secção discute os passos necessários e os elementos constitutivos existentes no contexto dos modelos de desenvolvimento alternativos.

## I. O quadro económico do extrativismo Conceito do extrativismo

Superar o extrativismo implica confrontar múltiplos problemas sociais, económicos e ambientais a curto e a longo prazo. Porém, em primeiro lugar, envolve um entendimento claro do funcionamento do sistema do extrativismo. Desta forma, esta primeira secção tem como objectivo proporcionar um esclarecimento conceptual sobre o quadro económico do extrativismo. Para isso, a secção começa com a definição dos elementos-chave do conceito do extrativismo, e com as suas implicações económicas, políticas e sociais. É também explorada a tipologia e os principais impulsionadores do extrativismo em África, assim como os seus impactos no desenvolvimento económico.



A definição do termo «extrativismo» contém dois elementos-chave:

- O primeiro elemento refere-se **ao processo de extracção** de matérias-primas, como os minerais, o petróleo e o gás, assim como a água, o pescado e os produtos florestais, as novas formas de energias como a hidroelectricidade, e os tipos de agricultura industrializada, que por vezes incluem a aquisição de terra e água através das indústrias extractivas.
- O segundo elemento refere-se **às condições sob as quais este processo de extracção ocorre, e cujos interesses estes servem**, no enquadramento de um modelo de desenvolvimento dominante e extremamente desigual, concebido para explorar e comercializar os recursos naturais no hemisfério Sul e exportá-los para as economias ricas no Norte.

Assim, este modelo de desenvolvimento extrativista «organiza as relações políticas, socioeconómicas e culturais dentro do respectivo país ou região: as estruturas económicas e de classe, relações de género, o Estado e o discurso público» (Brand, 2013, citado em WoMin, 2014).

Este modelo de desenvolvimento extrativista está em vigor e é mantido desde o tempo colonial, independentemente da sustentabilidade dos projectos extractivos e da exaustão dos recursos. Teve origem no processo da “acumulação primitiva” no contexto colonial, segundo o qual ‘a extracção dos recursos naturais nas colónias alimentava os centros coloniais com as matérias-primas, energia, minerais e os alimentos que os colonizadores necessitavam para acumularem capital e para financiarem o seu desenvolvimento’ (Galeano, 1971). Na maioria das vezes, o extrativismo tem criado relações de dependência e de dominação entre os fornecedores e os consumidores das matérias-primas.

Apesar dos países que tinham sido colonizados terem a conquistado a sua independência política, continuaram presos em papéis secundários, como fornecedores de matéria-prima e mão-de-obra barata num sistema de capitalismo transnacional.

A mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada da população camponesa; a conversão das várias formas dos direitos de propriedade – comum, colectiva, estatal, etc. – em direitos de propriedade privada e exclusiva; a repressão dos direitos ao povo; a mercantilização do poder laboral e a repressão das formas alternativas, indígenas de produção e de consumo; os processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de bens, incluindo dos recursos naturais; rentabilização intercambial e tributaria, em particular da terra; o tráfico de escravos; e a usura, a dívida nacional e, finalmente, o sistema de crédito (Harvey, 2004, p.74).

Nos períodos colonial e pós-colonial a desapropriação obrigatória dos camponeses e a acumulação dos recursos naturais essenciais para o desenvolvimento industrial e para a prosperidade do hemisfério Norte foi feita através de uma sucessão violenta de extracções capitalistas.

## Tipologia do extrativismo

Eduardo Gudynas (2010) identificou três tipos de extrativismo:

(a) O **extrativismo predatório** é a forma actualmente predominante em África, assim como noutras regiões do mundo, com graves impactos sociais, ambientais, económicos e políticos que serão discutidos com mais detalhe na secção 2. Esta categoria inclui o neo-extrativismo, que surgiu como resultado dos esforços de alguns Estados progressistas e/

ou socialistas na América Latina e em África<sup>1</sup>, no sentido de fortalecer o papel do Estado na exploração e na apropriação dos recursos naturais ao longo da última década (Gudynas, 2010; Aguilar, 2012). Desta forma, foram criadas leis e políticas para assegurar a redistribuição nacional através da provisão dos serviços públicos e sociais. O financiamento destes serviços resulta directamente dos benefícios da extracção dos recursos naturais que revertem a favor dos Estados.

No entanto, de acordo com alguns analistas, 'o neo-extrativismo na América Latina tem comprovado as restrições deste modelo no que diz respeito às expectativas de exportação e de investimento estrangeiro para resolver os problemas históricos e estruturais de desigualdade, iniquidade e, acima de tudo, da destruição do meio ambiente ...' (Aguilar, 2012, p. 7). Como tal, neste novo modelo de desenvolvimento, o extrativismo é intensificado pelos governos, instigando assim mais conflitos sobre os recursos naturais e uma maior externalização dos custos sociais e ambientais para as comunidades, sem oportunidades de emprego significativas e condições de vida melhoradas nestas comunidades afectadas.

b) O **extrativismo prudente ou moderado** considera algumas preocupações sociais e ambientais, assim como um certo nível de participação comunitária. No entanto, este tipo de extrativismo não altera substancialmente a estrutura actual de acumulação e não altera a apropriação predatória da natureza.

(c) A **extracção indispensável** não é um modelo de extrativismo, uma vez que a sua intenção e a sua prática limitam-se à extracção de recursos e à promoção da sustentabilidade através da reciclagem, melhoria de legislação, políticas e sistemas reguladores para interromper o fluxo injusto de materiais e recursos, reduzir radicalmente as pressões sob os ecossistemas e minimizar as emissões (Gudynas, 2010).

<sup>1</sup> Estes países incluem o Brasil, Argentina, Venezuela, Uruguai, Bolívia e Zimbabué.

## Impulsionadores do extrativismo em África

O extrativismo tem sido constante na trajectória económica, social e política de muitos países Africanos, com diversos graus de intensidade. Desde o tempo colonial, a abundância dos recursos naturais, que caracteriza estes países, tem contribuído para determinar as suas posições como economias primárias de exportação de mercadorias na ordem económica mundial. A predominância do extrativismo nas economias Africanas não se deve, somente, à colonização mas também à hegemonia da ideologia neoliberal subjacente à ordem económica mundial.

O papel desempenhado pelas Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) tem sido de particular importância. Assim, na sequência da crise financeira e energética mundial que ocorreu na última década, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) têm vindo a promover o extrativismo como o impulsionador principal do crescimento económico, que é considerado por estas IFIs como sendo um pré-requisito do 'desenvolvimento' nos países tanto do hemisfério Sul como Norte.

Ademais, a extracção de recursos naturais tornou-se numa conjuntura importante para a especulação e para a rentabilidade nos mercados financeiros, tanto para os financiadores como para os investidores, assim como para os blocos dos países do Norte, tais como 'a Comissão Europeia que tem coordenado a Iniciativa das Matérias-Primas, cujo objectivo é de proteger o seu acesso às matérias-primas no mercado internacional, e prestar um forte apoio às multinacionais para garantir os melhores fundos de investimento nos interesses Europeus' (Aguilar, 2012, citado em WoMin 2014). Na última década, o aumento acentuado das actividades extractivas em África está aliado à imensa procura internacional de matérias-primas e a um ciclo de preços elevados. No entanto, a recente desvalorização dos

preços dos minerais e dos hidrocarbonetos originou uma maior expansão das fronteiras extractivas, de modo a equilibrar a descida dos preços. O extrativismo é também impulsionado pelo elevado consumo de energia nas economias ricas e emergentes, pelo aumento das necessidades energéticas dos países do hemisfério Sul e pelo aumento exponencial da procura de produtos básicos em países como a China e a Índia.

Nos países do hemisfério Norte, até o movimento crescente para a protecção do meio ambiente está a acentuar a pressão sobre os países mais pobres do hemisfério Sul para que estes tornem acessível o seu território no sentido de satisfazer a demanda da economia mundial em termos de minerais e de matérias-primas. Perante este cenário, é amplamente comprovado que a pobreza relaciona-se com a existência de recursos naturais em muitos países cuja economia se baseia, sobretudo, na extracção e na exportação desses recursos. Para além disso (Acosta, 2009), estes países estão assolados por elevadas taxas de desigualdade, corrupção, abuso dos direitos humanos, e pela degradação do meio ambiente (Acosta, 2013, OXFAM 2017).



## 2. Extrativismo e desenvolvimento económico

A posição de muitos países Africanos como fornecedores de produtos primários baratos afecta a sua estrutura económica assim como a alocação dos factores de produção dentro dos mesmos. Não obstante, a grande dimensão das indústrias extractivas geram poucos benefícios para os países exportadores. Do mesmo modo, a maior parte dos bens, suprimentos e serviços especializados necessários para operar as indústrias extractivas raramente provêm de empresas nacionais baseadas nos países exportadores.

Isto é sobretudo evidente nos países exportadores de minerais e de petróleo, onde não existem as ligações dinâmicas necessárias para alcançar um desenvolvimento económico coerente<sup>2</sup>, enquanto a redistribuição do rendimento é excessivamente desigual, e a riqueza é concentrada numa pequena minoria. O sector extractivo caracteriza-se pela elevada procura de capital e de tecnologia, pelo isolamento dos outros sectores económicos e pela falta de integração com o resto da sociedade. Deste modo, este sector agrava 'a fragmentação dos territórios, com áreas despromovidas e enclaves extractivos ligados aos mercados globais' (Gudynas 2010). Os preços voláteis das matérias-primas são inerentes ao mercado mundial, o que significa que uma economia baseada na exportação de produtos de base primários arca com questões recorrentes da balança de pagamentos e do défice orçamental (Acosta, 2013). Nesta situação, a economia nacional acaba por depender dos mercados financeiros e expõe o seu desenvolvimento a oscilações erráticas.

Na maioria dos casos, os principais beneficiários das actividades extractivas são as corporações transnacionais (TNCs, na sigla em inglês), as quais são procuradas pelos Estados Africanos

como as principais fontes de investimento directo estrangeiro para a exploração e para o aproveitamento dos seus recursos naturais. As TNCs usufruem, geralmente, de um quadro regulamentar favorável juntamente com incentivos fiscais nos países Africanos onde operam. Além disso, em vários casos, algumas destas TNCs têm tirado partido da sua contribuição para a balança comercial de modo a influenciarem os governos a favor dos seus interesses.

As TNCs e os seus Estados aliados são usados para realçar o valor monetário das reservas minerais e de petróleo encontrados para fomentar o apoio público na extracção dos recursos naturais. No entanto, os valores apresentados não têm em conta os chamados 'custos sociais e ambientais ocultos' (Acosta, 2013). Por exemplo, estes custos incluem, frequentemente, o deslocamento das comunidades afectadas, a poluição, juntamente com os subsídios viciosos concedidos aos projectos extractivos através do seu acesso gratuito ou barato aos recursos hídricos, à energia, e às infra-estruturas (Gudynas, 2010). Estes custos representam as perdas económicas que são invisíveis nas contas dos projectos extractivos, uma vez que estes custos são externalizados para as comunidades afectadas.



---

<sup>2</sup> Particularmente ligações a jusante (beneficiação e adição de valor), a montante (aquisição local, etc.), fiscais (royalties, imposto sobre as sociedades, etc.), espaciais (infra-estrutura) e o conhecimento (competência e desenvolvimento tecnológico).

## Custos sociais e ambientais ocultos

Movidos pelos elevados lucros associados à extracção dos recursos naturais e à ideologia neoliberal subjacente, muitos governos Africanos têm vindo a reorientar a sua atenção para a facilitação da extracção e exportação em grande escala de produtos de base primários. Como aconteceu na América Latina, a economia política do extrativismo nos países Africanos abrangidos está marcada por uma prática chamada “Consenso das Commodities [Commodities Consensus], orientada não para a reorganização do Estado mas para a facilitação da exportação de produtos de base primários em grande escala” com impactos políticos e sociais significativos, nomeadamente a criação de “novas formas de dependência e de dominação” (Svampa, 2013).

Nesta secção, são discutidos os impactos espaciais e temporais do Consenso das Commodities, assim como os seus impactos sobre a classe trabalhadora, e as suas interligações com os conflitos, a violência e a militarização.

## Impactos do Consenso das Commodities à escala espacial e temporal

A escala gigantesca das operações extractivas causa danos ambientais irreversíveis, os quais são, geralmente, reconhecidos como o inevitável custo para alcançar o desenvolvimento nos países em causa. Isto apesar das evidências que a grande maioria das actividades extrativistas nunca poderão ser ‘sustentáveis’ devido à sua natureza destrutiva. Por exemplo, estudos realizados na área da exploração mineira ou da indústria petrolífera confirmam que a natureza é danificada e irreversivelmente destruída de diversas formas.

Estes estudos também revelam as tragédias humanas resultantes dos impactos sociais e ambientais do extrativismo, tanto à escala espacial como temporal. Os impactos directos sob as comunidades rurais, os camponeses e as comunidades indígenas são desastrosos, visto que estas colectividades perdem acesso aos recursos naturais dos quais dependem para a sua subsistência, reprodução, e tradições culturais.

Em particular, a desapropriação de terras pode ocorrer directamente através da apropriação de terras para operações extrativistas ou indirectamente através da perda de terras originada pela apropriação de água por empresas extractivas, poluição, e alterações climáticas. Assim, a desapropriação de terras ligada ao extrativismo implica sempre a perda de soberania alimentar, i.e. a violação do ‘direito das pessoas a uma alimentação saudável e culturalmente apropriada produzida por métodos ecologicamente adequados e sustentáveis, e o direito de definir o seu próprio sistema alimentar e agrícola’ (Nyeleni Declaration 2007). Os impactos afectam também as comunidades no percurso da cadeia de valores, incluindo pontos de extracção, processamento, transporte e remessas de mercadorias primárias.



Nas zonas rurais, que os homens abandonam para irem trabalhar nas minas, as mulheres são particularmente afectadas pela falta da força de trabalho para a produção alimentar, subsistência e produção de culturas de mercado, e pelo fardo de cuidar dos mineiros doentes. Além disso, estes impactos são também sentidos durante décadas ou até séculos uma vez que as comunidades afectadas continuam a suportar as consequências da água, do solo e do ar poluído, e dos impactos acumulados das actividades extractivas, nomeadamente através de alterações climáticas, que é um resultado directo das enormes emissões de gases de efeito de estufa pelas indústrias extractivas dos países ricos.

## Impactos do extrativismo sobre a classe trabalhadora

Durante o período colonial, as actividades extrativistas recorriam à exploração excessiva da mão-de-obra dos povos colonizados, inclusive através da escritura e da escravatura (Gedicks, 1993; Banerjee, 2000). No período pós-colonial, muitas pessoas que trabalhavam na indústria extractiva e nas indústrias associadas continuavam a trabalhar sob condições perigosas e indignas<sup>3</sup> e a receber salários baixos, não obstante promessas de novos empregos e de desenvolvimento dentro destas indústrias por parte das TNCs e dos seus Estados aliados. De facto, parece que o quadro regulamentar deficiente para as indústrias extractivas tem permitido que as TNCs aproveitem as padrões insatisfatórios de saúde e segurança nos países Africanos dotados com recursos, que pagam salários reduzidos, para que possam maximizar os seus lucros.

Do mesmo modo, as TNCs contratam, normalmente, pessoal estrangeiro para preencher as posições administrativas melhor pagas, deixando os cargos de trabalho intensivo e com os salários mais baixos para os membros da comunidade local. O sistema de trabalhadores migrantes tem vindo a ser utilizado pelas TNCs para abordar as dificuldades da disponibilidade da mão-de-obra local, no sector extractivo, nos países mais ricos do mundo em minerais, como é o caso da África do Sul. Além disso, este sistema não só tem permitido que as TNCs potencializem os seus lucros, através da prevenção da migração familiar, como também a pressão da reprodução social da mão-de-obra e da geração seguinte de trabalhadores é deixada às comunidades nas zonas rurais. Neste sentido, a mão-de-obra feminina não remunerada tem sido crucial tanto para as estratégias de acumulação

<sup>3</sup> Por exemplo, os trabalhadores são regularmente expostos a produtos químicos tóxicos e aos seus impactos negativos para a saúde



primitiva como neoliberal, conforme discutido com mais detalhe na secção seguinte.

Tanto na América Latina como em África, uma característica fundamental da relação contemporânea entre o extrativismo e a classe trabalhadora é o surgimento de um 'novo proletariado', que compreende grupos sociais nas zonas rurais que sofrem as consequências dos impactos negativos das indústrias extractivas, nomeadamente os mineiros, trabalhadores assalariados, trabalhadores rurais sem terra, comunidades indígenas, e comunidades agrícolas (Veltmeyer e Petras, 2013; Hogenboom, 2012). Dentro destes grupos sociais, as mulheres são desproporcionalmente afectadas por estes impactos e estão na vanguarda da luta de classes e de resistência contra o extrativismo, conforme discutido com mais detalhe na secção 3.

## Conflitos, violência e militarismo

A expansão das actividades do extrativismo e a sua diversificação para novas áreas, como a hidroelectricidade, tem sido acompanhada pelo aumento de conflitos sociais e ambientais nas comunidades que lutam contra a exploração de recursos naturais e a destruição do meio ambiente pelas forças mundiais de capitais. Estes conflitos socioambientais resultam em confrontos redobrados, violência, repressão e abuso de direitos humanos cometidos pelo Estado e/ou pelas forças armadas.

No que diz respeito à indústria mineira, a resistência local é impulsionada pela decisão dos governos de forçar a entrada de projectos de mineração de grande escala operados por TNCs estrangeiras nos territórios das comunidades indígenas. Esta liberalização da extracção mineira tem induzido à violação dos direitos sobre as terras ancestrais dos povos indígenas. Além disso, possibilitou a desapropriação dos recursos naturais e dos territórios, enquanto as tentativas das TNCs e/ou dos governos de reprimir a resistência local têm levado ao aumento da titularização das indústrias extractivas e da militarização dos territórios afectados.

Nos territórios militarizados, as forças armadas estão a trabalhar em conjunto com a segurança privada das TNCs para controlar o movimento e a actividade das comunidades locais. Juntos, estão incumbidos de proteger os projectos de extracção mineira daqueles que impedem o caminho do 'desenvolvimento'. A militarização e a titularização fomentam uma violência profunda nas comunidades, juntamente com a violência contra os trabalhadores e as mulheres.

Além do mais, o forte compromisso dos governos Africanos para desenvolverem a economia extractiva tem suscitado a relutância dos mesmos, em muitos casos, para terem em consideração as exigências em relação à justiça social e ambiental e/ou para permitir que as comunidades e a



sociedade civil desempenhem um papel significativo nos processos de tomada de decisões relacionados com o sector extractivo. Cada vez mais, a criminalização do protesto, levado a cabo pelos activistas comunitários e da sociedade civil, tem-se vindo a tornar uma estratégia fundamental corporativa e estatal para acabar com a resistência contra o extrativismo.

Assim, a violência é intrínseca e inseparável do extrativismo como um modelo de desenvolvimento e das indústrias extractivas, que estão a tirar benefício das suas ligações políticas com os políticos eleitos, as forças armadas e a elite nacional. No contexto destes acordos transnacionais, o Estado tende a adoptar uma atitude relativamente pragmática em relação aos enclaves extractivos, deixando estas áreas fora do mandato da legislação nacional e ignorando as suas obrigações sociais e económicas em relação às comunidades afectadas. Tudo isto perpetua a violência generalizada contra as comunidades, os trabalhadores, as mulheres, e os ecossistemas, juntamente com a crescente pobreza e exclusão, com impactos desproporcionais sobre as mulheres e raparigas, conforme discutido mais abaixo.



### 3. Mulheres, género e extrativismo

Aperspectiva do género é fundamental para a análise do sistema extrativista e dos seus impactos. Nos diversos contextos locais, as mulheres, raparigas, homens, e rapazes passam por experiências diferentes conforme a sua relação com o sistema extrativista e com os seus impactos. Na maioria das vezes, as mulheres e as raparigas sofrem mais, do que os homens e os rapazes, com os impactos negativos das indústrias extractivas sem auferirem de benefícios significativos. Esta secção analisa os aspectos principais do envolvimento das mulheres nas indústrias extractivas, assim como os impactos de género do extrativismo sobre os direitos das mulheres em África.

#### Envolvimento das mulheres nas indústrias extractivas

No geral, a análise do envolvimento das mulheres como parte da força de trabalho nas indústrias extractivas de grande escala está subordinada a dois pontos de vista contrários que, por um lado, focam-se na abordagem da exclusão das mulheres dos benefícios da extracção dos recursos naturais, e por outro, nas dificuldades das mulheres mineiras devido a questões relacionadas, especificamente, com o género. No que diz respeito ao ponto de vista liberal, o qual é essencial para pôr fim à marginalização das mulheres no sector extractivo, particularmente em termos de emprego, o modelo de desenvolvimento extrativista em si não constitui um problema. O que é necessário é a integração do género nas considerações, e das mulheres nas estruturas e nos mecanismos do sistema extrativista, nomeadamente através de reformas legais e regulamentares para assegurar que as mulheres beneficiam da mesma forma que os homens da extracção dos recursos naturais.

Esta posição liberal está exemplificada no caso do projecto 'Género, Liderança Transformativa

e Indústrias Extractivas' na África do Sul (UN Women, 2016), onde grandes empresas mineiras adoptaram o recrutamento de mulheres como uma estratégia corporativa chave e promoveram oportunidades de emprego para mulheres como mineiras. Como tal, os proponentes deste ponto de vista liberal não questionam a natureza capitalista do sistema extrativista nem as suas implicações.

Em contrapartida, o ponto de vista que se centraliza nas questões específicas de género, enfrentadas pelas mulheres nas indústrias extractivas, destaca as experiências das mulheres em torno do assédio sexual, das desigualdade de salários, e das más condições de trabalho de natureza específica de género nas minas' (WoMin, 2014 p. 4). A sua análise vai para 'além do trabalho assalariado da mulher para abordar o trabalho reprodutivo da mesma, que é incorporado no seu papel e nas obrigações laborais nas minas e que contribui para os salários miseráveis e para as condições de vida dos mineiros do sexo masculino'.

Assim, esta análise aponta para as forças entrecruzadas do patriarcado e do capitalismo como as principais causas para os preconceitos enraizados contra as mulheres e a sua subordinação no sector mineiro. Este ponto de vista refere que 'sem uma transformação expressiva da cultura laboral e do ambiente, a incorporação das mulheres não é, normalmente, uma experiência libertadora' (WoMin, 2014, p.4). Ademais, esta perspectiva eco-feminista do envolvimento das mulheres nas indústrias extractivas destaca a ligação entre os direitos da mulher e os direitos da Natureza<sup>4</sup>, e a forma como o papel atribuído à mulher, de cuidadora e provedora, a coloca na vanguarda da luta para a protecção do meio ambiente e da natureza contra a opressão dos sistemas interligados patriarcas, capitalistas e extrativistas dominados por homens.

4 Estabelecido na Declaração de Cochabamba e adoptada por dezenas de cidadãos Bolivianos a 8 de dezembro de 2000, e a Constituição Equatoriana em 2008, reconhece a Terra e os seus diversos ecossistemas como "um ser vivo com direitos inalienáveis: para existir, viver livre de tratamento cruel, manter processos vitais necessários para um balanço harmonioso que sustenta todos os modos de vida. Estas leis também reconhecem a autoridade dos povos, comunidades, e governos para defenderem os seus direitos".

## Impactos do extrativismo em termos de género sobre os direitos da mulher

- **Impactos sobre a terra, meios de subsistência e soberania alimentar:** As indústrias extractivas são muito disruptivas e podem afectar os direitos das mulheres de diversas maneiras. A mineração em grande escala impacta de forma negativa os direitos das mulheres rurais sob a terra e o seu acesso ao controlo e ao uso dos recursos naturais. Também prejudica o acesso destas mulheres e o seu controlo sob a mão-de-obra necessária (incluindo a sua própria mão-de-obra) para a produção de alimentos. Em muitos contextos rurais, as mulheres é que supervisionam a produção alimentar para o consumo familiar e o rendimento; conseqüentemente, as mulheres são, normalmente, as mais afectadas pela expropriação da terra onde residem e trabalham para os projectos extractivos. A não ser que seja concedida, às mulheres, uma parcela de terra de reposição de dimensão e produtividade semelhante, estas acabam por perder os seus meios de subsistência assim como a soberania alimentar para os seus agregados familiares. Porém, na maioria dos casos, as mulheres não recebem terra de reposição com uma qualidade idêntica. Do mesmo modo, a compensação pela terra é geralmente atribuída aos chefes de família do sexo masculino (Oxfam International, 2017). Além disso, quando já não há disponibilidade de terra agrícola, e/ou os solos e os recursos hídricos são esgotados ou poluídos, é provável que a carga de trabalho das mulheres aumente para que estas afirmem um rendimento decente. Em muitos casos, 'as mulheres podem até ser forçadas a recorrer a empregos que são abusivos ou exploradores, ou que as leva a pobreza, como é o caso das actividades de sexo comercial' (Oxfam International, 2017).



### - Impactos sobre o corpo das mulheres,

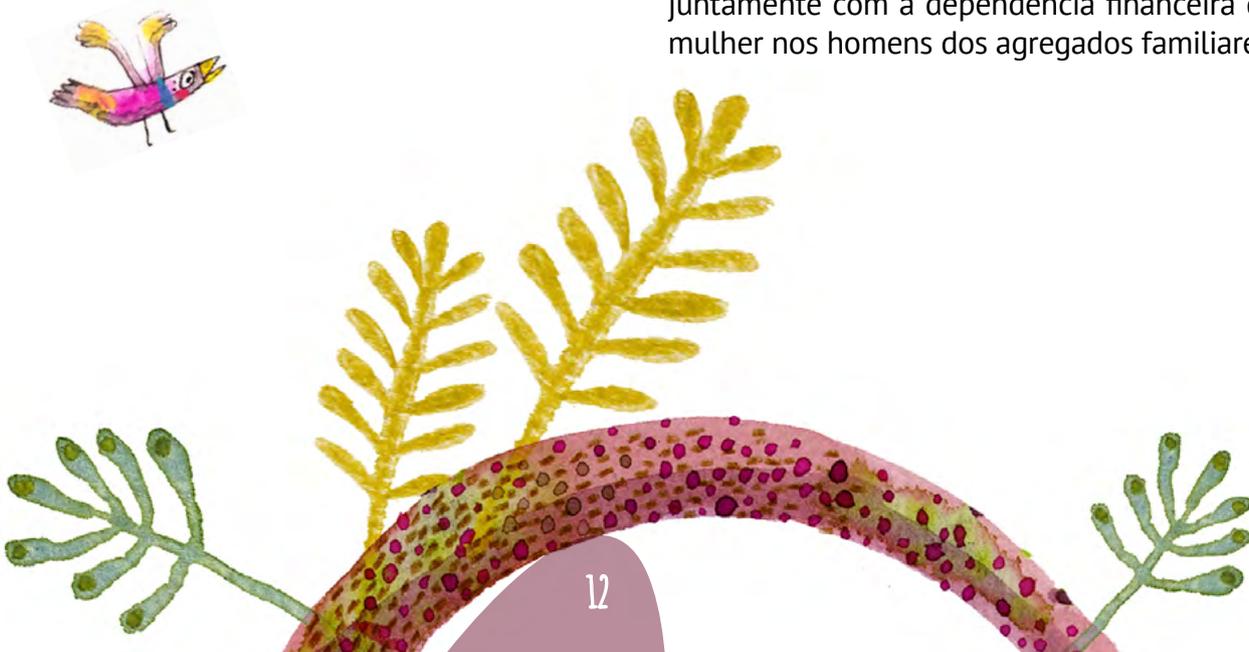
**sexualidade, saúde e segurança:** Embora a literatura sobre as relações entre as mulheres, o sexo, a sexualidade e o extrativismo tenda a centralizar-se maioritariamente no trabalho sexual, é importante salientar que este último afecta a capacidade das mulheres tomarem decisões seguras e informadas sobre o seu corpo, a sua saúde e a sua sexualidade (WoMin, 2014). Em muitos países, as taxas mais elevadas de infecções sexualmente transmitidas, HIV e SIDA são verificadas nas comunidades vizinhas dos mega projectos extractivos. Para a saúde, segurança e protecção das mulheres e raparigas nas comunidades afectadas, as mudanças económicas e sociais originadas por estes projectos estão associadas a factores de risco específicos relacionados com a 'situação de migração e migratória; ao boom económico, e à tensão económica consequente sob os pobres; e à instituição da masculinidade nas minas' (WoMin, 2014, p.5).

Isto é comprovado pelo aumento das taxas de violência contra as mulheres e raparigas, assim como o aumento notável de alcoolismo, abuso e assédio sexual, e violência doméstica aliada às operações extractivas de grande escala. Em alguns casos, também já foram reportadas ocorrências de abuso sexual - incluindo estupro - cometidas pela forças de segurança contratadas pelas empresas extractivas (Oxfam International, 2017).

### - Impactos sobre o trabalho de cuidado das mulheres

**não remunerado:** O trabalho assistencial não remunerado refere-se ao trabalho doméstico, maioritariamente prestado pelas mulheres para reproduzir o poder laboral do agregado familiar e dos membros comunitários, assim como cozinhar, limpar, colectar lenha e água, e cuidar das crianças e dos idosos. Embora os custos das indústrias extractivas sejam desproporcionalmente externalizados para as mulheres através do seu trabalho não remunerado, que apoia a reprodução social do capital mineiro, este trabalho não é reconhecido, contabilizado, remunerado ou valorizado no sector mineiro ou mesmo no campo económico.

As operações extractivas aumentam a quantidade de tempo e de energia despendida no trabalho assistencial não remunerado das mulheres, conforme os recursos naturais, como a água e a lenha, se esgotam. Quando os recursos hídricos locais ficam poluídos, as mulheres e as raparigas, que são geralmente responsáveis pelo seu fornecimento, têm de viajar distâncias mais longas para os obter. A água poluída também pode resultar em doenças crónicas entre os membros familiares, aumentando, desta forma, as suas necessidades a nível de cuidados. Além disso, conforme a «pobreza de tempo» [time poverty] aumenta para as mulheres devido ao tempo despendido no trabalho assistencial não remunerado, a sua incapacidade de se envolver em trabalhos remunerados aumenta a pressão económica sobre as famílias, juntamente com a dependência financeira da mulher nos homens dos agregados familiares.



- **Impactos sobre as relações de poder de género e a autonomia das mulheres:** Conforme mencionado acima, o impacto das indústrias extractivas na «pobreza de tempo» das mulheres, onde estas têm poucas oportunidades de emprego e os homens são a principal fonte de sustento, aumenta a dependência económica nos homens, associado à acrescida marginalização das mulheres no que concerne à tomada de decisões do agregado familiar. Os projectos extractivos tendem a mudar o equilíbrio das relações de poder entre os géneros contra a autonomia das mulheres e a reforçar os estrangimentos estruturais que representam a sua marginalização na tomada de decisões e fragilização ao nível do agregado familiar e comunitário. Na esfera pública, a ausência típica das mulheres nos processos consultivos e de tomada de decisões, relacionados com os projectos extractivos, reflectem estas desigualdades persistentes nas relações de poder entre os géneros e a ausência da voz política das mulheres.

#### 4. Rumo a alternativas ao sistema extrativista<sup>5</sup>

A predominância do paradigma de desenvolvimento neoliberal e a expansão do Consenso das Commodities nos países Africanos tem vindo a impor uma visão generalizada que o crescimento económico é um sine qua non para o progresso e para o desenvolvimento, e que é necessário o aumento da extracção dos recursos naturais para responder à procura crescente a nível mundial. Neste contexto, a intensificação da crise ecológica mundial aponta para a transgressão insustentável dos limites da natureza através do modo extrativista de acumulação, que tem gerado um conjunto de crises sociais e políticas, como os constantes fluxos migratórios dos países Africanos para os centros do sistema capitalista, a violência extrema e as guerras para assegurar o controlo dos recursos naturais estratégicos.

Mais importante ainda, o modelo de desenvolvimento extrativista compreende desigualdades evidentes ao longo das classes, raças e género. Este modelo propaga a exploração da natureza e da maioria do povo Africano desfavorecido para o benefício de paraísos fiscais offshore e de um punhado de políticos e de empresários.<sup>6</sup> Todas estas realidades salientam uma necessidade urgente de escapar à 'armadilha' do extrativismo (Acosta, 2014) e de assumir o desafio urgente de um novo paradigma de desenvolvimento que respeite tanto os direitos humanos como da natureza, e que possa assegurar a justiça económica, ecológica, social e de género.

<sup>5</sup> Esta secção baseia-se nas discussões dos Feminist Labs [Laboratórios Feministas] e nas experiências dos membros do Grupo de Reflexão e Acção Feminista (Feminist Reflection and Action Group). Em particular, nas contribuições e no trabalho do movimento internacional feminista -Marcha Mundial das Mulheres (World March of Women)- representado por Marianna Fernandes. Consultar também Fernandes, 2018.

<sup>6</sup> Consultar Acosta, 2014: Ao passo que em 2010, 388 pessoas tinham acumulado o mesmo valor de riqueza equivalente a mais de metade da população global (ca. 3.500 milhões de pessoas), até 2015 este número tinha descido para 62 pessoas, de acordo com um relatório da Oxfam (2016). De acordo com a mesma fonte, a riqueza nas mãos destas 62 pessoas mais ricas tinha aumentado em 44 por cento; em somente cinco anos, a riqueza nas mãos da metade mais pobre da população reduziu em mais de mil milhões de dólares, constatando uma descida a pique de 41 por cento.



## Iniciativas existentes e elementos constitutivos

A questão-chave em apreço é como assegurar um desenvolvimento justo para todos, e, simultaneamente, superar a dependência nas indústrias extractivas e assegurar que os recursos naturais são protegidos para as futuras gerações. Isto é, obviamente, uma questão bastante complexa que requer a abordagem simultânea de questões ambientais e de problemas sociais urgentes – tal como a pobreza – enquanto se avança para um modelo económico pós-extrativista.

A superação do extrativismo requer a confrontação de múltiplos problemas sociais, económicos e ambientais a curto e longo prazo, o que implica, em primeiro lugar, um entendimento claro do funcionamento do sistema extrativista. Este entendimento permite-nos perceber que ‘tal como nenhum país por si só consegue superar as alterações climáticas, nenhum país por si só será capaz de superar o extrativismo’ (Acosta, 2014). Ou seja, a luta contra o extrativismo requer acções tanto no hemisfério Norte como no hemisfério Sul. Esta interpretação também nos ajuda a determinar os principais responsáveis do extrativismo nos países Africanos – os governos dos centros capitalistas e as TNCs baseadas no hemisfério Norte – e a identificar as iniciativas/campanhas existentes que focam nestas e que possuem o potencial para apoiar os países Africanos, que são ricos em recursos, a distanciarem as suas economias do extrativismo.

- **Reivindicar a justiça climática:** Como discutido nas secções anteriores, as alterações climáticas são um resultado directo do extrativismo. Como tal, é essencial reforçar as campanhas de justiça climática para o processo de redução da extracção e para superar o extrativismo, pois isto permite visar directamente os principais responsáveis das alterações climáticas nos países Africanos, e fazer exigências concretas a esses responsáveis quanto à transferência

da tecnologia e do financiamento que é imperativo para afastar as economias Africanas da armadilha do extrativismo. Além disso, as campanhas que se centram na justiça climática também podem ajudar a estabelecer ligações com outros povos lutando contra as consequências ambientais e socioeconómicas do extrativismo. Isto é fundamental para aprofundar a solidariedade e para vincular a força dos movimentos sociais a nível global contra o extrativismo.

- **Assegurar o Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC, na sigla em inglês):** As comunidades que se deparam com as múltiplas questões relacionadas com o extrativismo necessitam de apoio na reclamação do seu direito de desenvolvimento autodeterminado e outros direitos comunitários substantivos. Neste âmbito, o Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC) é um instrumento jurídico que protege estes direitos; nomeadamente o direito das comunidades envolvidas serem consultadas sobre as actividades programadas de mineração e/ou outros projectos de desenvolvimento que afectam as suas terras e os recursos naturais antes de qualquer realização dos mesmos, e o direito dessas comunidades tomarem uma decisão com base no acesso à informação objectiva, que está isento de qualquer obrigação, dever, força ou coerção.

O princípio do FPIC é utilizado por muitos activistas e defensores dos direitos humanos no contexto dos projectos extractivos e de mega infra-estruturas. Numa perspectiva feminista, é particularmente importante para as mulheres, conforme realçado pela Aliança das Mulheres na Indústria Extractiva (Women in Mining Alliance - WoMin), uma organização que implementa um projecto para fortalecer e reforçar a voz das mulheres no processo da tomada de decisões nas questões relacionadas com a aquisição de terras para os grandes projectos de mineração em alguns países Africanos. No entanto, em alguns casos, a aplicação do princípio do FPIC tem sido deturpado a favor das elites locais

e dos seus aliados corporativos à custa dos interesses das comunidades pobres que, muitas vezes, não têm os recursos e o apoio necessário para resistir de forma eficaz às poderosas TNCs.

- *Exigir o "Direito de dizer Não»:* As lacunas mencionadas acima na aplicação do princípio do FPIC demonstram que este não é suficiente. Consequentemente, a promoção do conceito do 'Direito de dizer Não' que tem como base o conceito do FPIC, que vai mais além de modo a assegurar o direito das comunidades afectadas de recusarem (dizerem NÃO) as propostas das TNCs quando não ficam satisfeitas com o resultado das negociações. Assim, o 'Direito de dizer Não' dá mais voz às comunidades e coloca-as numa posição mais equitativa nos processos de negociação, e, ao mesmo tempo, coloca pressão sobre as TNCs no sentido de respeitarem os direitos indígenas e consuetudinários.

O caso emblemático do Comité de Crise de Amadiba em Pondoland na região do Cabo Oriental, na África do Sul, oferece um testemunho eficaz da aplicação efectiva do 'Direito de dizer Não'. Esta comunidade rejeitou o extrativismo e encontrou as suas próprias alternativas de desenvolvimento, nomeadamente projectos de ecoturismo e de energia renovável. Assim, é importante notar que o direito de dizer 'Não' às actividades de exploração mineira é também o direito de dizer 'Sim' a um modo de vida autodeterminado e proporciona às comunidades um instrumento concreto para que estas encontrem o seu próprio modelo de desenvolvimento através de processos e leis a nível de base e a partir da raiz (Acosta, 2014).



## *O que seria um modelo de desenvolvimento sustentável que defende a justiça social e de género?<sup>7</sup>*

A procura de alternativas ao modelo de desenvolvimento extrativista tem como premissa o processo de transformação progressiva que envolve múltiplas dimensões e inclui a conceptualização de um paradigma de desenvolvimento sustentável que defende a justiça social e de género, assim como os direitos humanos e os direitos da Natureza. Assim sendo, o ponto de partida é que tal transformação social multidimensional deve abordar, simultaneamente, as complexas relações entre classe, raça, colonialismo/imperialismo, género, e a natureza, pois foram, precisamente, as suas intersecções históricas e as suas interdependências que juntamente criaram o sistema económico atual.

- *Uma visão alternativa da economia:* Em primeiro lugar, existe a necessidade de desmistificar os mitos e as representações deturpadas que suportam a perspectiva dominante da economia, segundo a qual a mesma opera num vácuo social e ecológico de acordo com um modelo que ignora a energia, os materiais, o mundo natural, o povo, a sociedade humana, o poder, e o trabalho de cuidado não remunerado das mulheres, sem o qual nenhuma economia poderá funcionar.

O modelo extrativista dominante baseia-se em pressupostos-chaves completamente além da realidade:

- O domínio científico e tecnológico da natureza, que é, essencialmente, considerada como um reservatório ilimitado de "recursos naturais" a serem explorados e mercantilizados;

<sup>7</sup> Esta sessão baseia-se na discussão do segundo «Idea Lab» (Laboratório de ideias) do African Feminist Reflection and Action Group, realizado no Uganda em Maio de 2018. Consultar ainda: Fernandes, M. (2018) Feminist Alternatives to Predatory Extractivism: Contributions and Experiences from Latin America, Série Diálogo Feminista, Friedrich Ebert Stiftung, Maputo, Moçambique.

- A existência do “homem económico racional” (homo economicus), como um ser humano que maximiza os lucros, é individualista e isolado, e cujo bem-estar depende da acumulação de bens materiais;
- O concepção da economia como um ciclo fechado impulsionado pela lógica do lucro e que agrega somente relações e actividades monetárias realizadas no mercado;
- O objectivo do crescimento infinito como um pilar da organização social e económica.

Desta forma, uma visão alternativa da actividade económica deverá ser a ‘satisfação das necessidades de todos dentro dos limites do planeta’, em vez de um crescimento ilimitado custe o que custar. São necessários sistemas económicos que “nos façam prosperar, cresçam estes sistemas ou não”, e que nos ajudem a entrar num “espaço ecologicamente seguro e socialmente justo” onde a humanidade pode desfrutar de ‘uma quantidade aceitável de recursos necessários para usufruírem de uma boa vida: alimentação, água potável, habitação, saneamento, energia, educação, cuidados de saúde, democracia’ - o verdadeiro bem-estar (Raworth, 2017 citado por Monbiot G., 2017). Além da necessidade de incorporar a economia nos sistemas do nosso planeta e na sociedade, é conveniente recordar que ‘a economia é muito mais que aquilo que é vendido no mercado’, conforme evidenciado pelas «actividades económicas das mulheres rurais, que, por vezes, envolvem ‘práticas como donativos, trocas e produção para autoconsumo’ (Sempreviva Organização Feminista [SOF] 2018, p.17), e que ‘somos mais do que meramente trabalhadores, consumidores e proprietários do capital’ (Monbiot, 2017).

### - Um quadro conceptual alternativo

Conforme mencionado acima, o quadro conceptual para um paradigma de desenvolvimento alternativo é holístico e multidimensional. As várias dimensões dizem respeito a processos transformativos fundamentais que abordam a lógica da mercantilização, patriarcal, colonial, e destrutiva do sistema extrativista predominante. Isto inclui as relações de domínio e de desigualdade baseadas na raça e na classe.

Assim, as principais dimensões de um quadro conceptual alternativo incluem:

- A «des-mercantilização» de elementos fundamentais da vida e dos direitos humanos, tais como a terra, água, habitação e serviços sociais essenciais. Isto significa que a exigência destes elementos não deve continuar a ser sujeita a uma lógica de lucro comercializado e que o seu desígnio deve ser redirigido à capacidade para assegurar uma reprodução social sustentável.
- A transformação das relações sociais com a natureza, que se têm vindo a tornar cada vez mais instrumentais e devastadoras desde o período colonial de acumulação primitiva, e que se intensificou durante a globalização neoliberal, assim como durante a actual era do Consenso das Commodities. Existe a necessidade urgente de eliminar a destruição acelerada da natureza e dos meios de subsistência e de impedir a tendência crescente de titularização face aos problemas ecológicos que são, cada vez mais, consideradas questões de segurança que requerem soluções violentas e militares.
- A transformação das relações desiguais de género, que significa a superação do patriarcado em todas as suas formas e nos diferentes contextos, em relação à divisão sexual do trabalho - tanto o trabalho reprodutivo como o produtivo -, representação, tomada de decisões, etc.



- O estabelecimento de relações sociais mais equitativas, incluindo uma nova incidência sob a redistribuição, um envolvimento acrescido para abordar as desigualdades de classe e as forças hegemónicas desestabilizadoras, juntamente com as estratégias estatais e corporativas, para a acumulação de capital, que reforçam a concentração da riqueza nas mãos de uma minoria privilegiada.
- A erradicação das relações e das práticas discriminatórias/racistas. Em muitas sociedades Africanas, o racismo e a discriminação são elementos estruturais do sistema extrativista, que não se pode reproduzir sem estas formas de dominação e de desigualdade que afectam os povos indígenas e a população negra de forma desproporcionada, em particular as mulheres.
- A criação de um conjunto específico de conhecimentos orientado para a transformação social progressiva. Como tal, este processo inclui não só o conhecimento relevante e especializado ocidental/ baseado na ciência, mas, sobretudo, inclui a produção de teorias e de propostas baseadas nas experiências e nas lutas das mulheres e dos movimentos sociais.

- **Alternativas económicas feministas<sup>8</sup>**: a economia feminista refere que todo o trabalho diário não remunerado continuamente desempenhado pelas mulheres, na esfera doméstica e nos espaços comunitários, é fundamental para a produção da vida, assim como para o funcionamento da economia. Assegurar a qualidade de vida está no centro das alternativas económicas feministas baseadas nos princípios da igualdade, redistribuição das tarefas, solidariedade e reciprocidade (SOF, 2018, p.17). Além disso, a economia feminista destaca a edificação social de mercados, apontando, deste modo, para as relações de desigualdade disseminadas nos mesmos, e contestando a opinião que o mercado é 'auto-regulado... e que se ajusta de forma a que a sua operação

beneficie tanto o comprador como o produtor' (p.26). O desenvolvimento da autonomia económica e da auto-estima das mulheres é outro objectivo principal da economia feminista, o qual é totalmente contrário à ideia de apoiar a integração das mulheres no mercado da maneira como este está organizado actualmente de forma a gerar rendimento.

Neste sentido, a experiência prática de trabalhar com as mulheres rurais da região do Vale do Ribeira no Brasil ensina-nos que uma forma de alcançar este objectivo é estabelecer o controlo das mulheres sobre o acesso aos mercados e ao seu rendimento, baseado em:

1. Organização colectiva de modo a aumentar a capacidade de venda das mulheres e o seu poder de negociação;
2. Diversificação dos locais de vendas para evitar a dependência em apenas alguns clientes; e
3. Melhoria do acesso a informação-chave (preços, valores, condição de vendas) para evitar a dependência nos intermediários (Hillenkamp e Nobre, 2016, citados pela SOF, 2018, p.29).

Além disso, o desenvolvimento da autonomia económica das mulheres depende da capacidade da criação de comunidades políticas de mudança, onde as relações de poder internas existentes, assim como os mecanismos externos que perpetuam a opressão, são analisadas e abordadas colectivamente.

Estas comunidades políticas de mudança devem incluir grupos autónomos de mulheres que irão criar alianças com outros movimentos sociais envolvidos na produção de uma mudança progressiva. Esta experiência com as mulheres rurais da região do Vale do Ribeira também demonstra os desafios diários que as mulheres enfrentam ao porem em prática todos os princípios e as aspirações

<sup>8</sup> Para uma discussão sobre as alternativas feministas ao extrativismo predatório, consultar também Fernandes, M. (2018) *Feminist Alternatives to Predatory Extractivism: Contributions and Experiences from Latin America*, Série Diálogo Feminista, Friedrich Ebert Stiftung, Maputo, Moçambique

acima apresentados, particularmente 'ao associar a nossa resistência e as nossas lutas locais aos processos mais amplos que são os responsáveis pelas desigualdades em todo o mundo' (SOF, 2018, p.15).

Por exemplo, o que se observa no Brasil é que as mulheres que lutam para defenderem os seus territórios deparam-se com: o poder das corporações transnacionais - principalmente dos sectores mineiro e do agro-negócio; o poder do Estado, seja da polícia ou do sistema judicial que favorece as elites e que cada vez mais criminaliza a luta do povo; a violência contra as mulheres, que é usada nos conflitos para humilhar as mulheres e desencorajar as mesmas a lutar (SOF 2018, p.16).

### - Pondo em prática alternativas económicas

**feministas:** Já são evidentes diversos elementos genéricos da transformação económica, tais como o fortalecimento das redes locais de produção e de consumo; a promoção da economia rotativa (na qual a energia e os materiais são rodados continuamente de formas diferentes, para evitar o desperdício); a promoção de produtos sustentáveis; e o "des-financiamento" das economias. Os exemplos a seguir foram seleccionados devido à sua relevância tanto numa perspectiva feminista como pós-extrativista.



## Agroecologia

Agroecologia é a ‘aplicação de conceitos e princípios ecológicos à concepção e à gestão de agroecossistemas sustentáveis’ (Gliessman e Siliprandi, 2015, citados pela SOF, 2018, p.18). Como tal, a mesma responde à necessidade de ‘um tipo de agricultura que se integra nos ciclos da natureza e, ao mesmo tempo, assegura que as pessoas têm acesso a alimentos nutritivos e saudáveis que façam parte da sua cultura alimentar’ (SOF 2018, p.19). Enquanto se reestrutura a diversidade e a auto-suficiência dos ecossistemas, a agroecologia é um processo transitório que tem por objectivo assegurar sistemas equilibrados e sustentáveis.

Neste processo, a luta pela terra é fundamental e abrange a luta pela reforma agrária tanto nas zonas rurais como urbanas, assim com o reconhecimento dos territórios tradicionais dos povos e o papel fundamental das mulheres na produção colectiva do conhecimento através da troca de experiências e do diálogo (SOF, 2018). Acima de tudo, as mulheres envolvidas na agroecologia no Brasil salientam a sua relação estreita com o feminismo. Conforme a SOF afirma: O feminismo assimila a agroecologia porque ambos os movimentos lutam por uma sociedade mais justa. Não se pode construir a agroecologia enquanto existir a desigualdade do género. Infelizmente, mesmo os colegas na luta pela agroecologia, por vezes, não compreendem a importância do feminismo para se alcançar a igualdade (SOF 2018, p. 22).

Não vale a pena produzir sem produtos químicos venenosos e depois ir para casa e ser agredida pelo marido. Se a agroecologia luta por uma vida com dignidade, então todos os direitos têm de ser iguais. O veneno é um tipo de violência contra a terra, as plantas e a nossa saúde. E o sexismo é um veneno no seio das famílias. É por este motivo que é importante construir colectivamente, ao mesmo tempo que se introduz o feminismo no diálogo familiar (SOF 2018, p. 22).

## Empreendimentos de economia solidária

Essencialmente, os objectivos da economia solidária, numa perspectiva feminista, são de superar as injustiças baseadas na classe, na raça e no género e de contrariar as forças hegemónicas do capitalismo e do patriarcado através da alteração da organização das relações económicas na sociedade, com base nas possibilidades reais e na criação de espaços de liberdade e de experimentação através de processos colectivos. A construção de um mercado social que reduz as desigualdades, ‘valoriza o trabalho investido na produção e facilita o consumo diversificado e consciente’ (SOF, 2018, p. 27) é uma parte integrante destes processos.

No Brasil, os empreendimentos de economia solidária (EES) são organizados não só para envolver pessoas marginalizadas/excluídas do mercado formal de trabalho, mas também para criar formas alternativas de organização da economia. A tipologia dos empreendimentos de economia solidária inclui cooperativas de agricultores familiares, cooperativas de fábricas recuperadas ou costureiras no sector da produção; serviços como cozinhas comunitárias, cooperativas de cuidadores de idosos, actividades culturais, grupos de consumidores conscientes e reciclagem de resíduos sólidos; serviços financeiros, incluindo cooperativas de crédito, fundos rotativos e iniciativas de moeda solidária; e feiras comerciais solidárias (SOF, 2018).

Uma das principais características da economia solidária é a autogestão, que envolve a ‘propriedade colectiva ou a posse dos meios de produção (terra, edifícios e equipamento), definindo normas e acordos sobre o funcionamento colectivo, a transparência e a participação democrática de todos os envolvidos nas decisões’ (SOF, 2018, p. 23).

As mulheres são as que mais participam nos EES, mas nem sempre são perceptíveis devido aos constantes preconceitos em matéria de género no registo dos membros dos EES. As mulheres que trabalham nos EESs valorizam os aspectos

não monetários e relacionais da sua participação tanto quanto o seu rendimento financeiro. Os resultados do levantamento revelaram que 'em geral, os participantes dos EES sentem-se mais fortes, mais valorizados e têm maior auto-estima graças ao reconhecimento do seu conhecimento e da sua capacidade de inovação com recursos limitados' (SOF 2018, p. 24).

## 5. Conclusão: para além do modelo de desenvolvimento extrativista

Este documento de reflexão não deverá constituir a palavra final sobre as alternativas quanto ao modelo dominante de desenvolvimento extrativista. O seu principal objectivo é de facultar um quadro analítico no sentido de ajudar a criar uma base comum para os debates de um Laboratório de Ideias sobre o extrativismo, e para permitir que os participantes se envolvam na geração de perspectivas colectivas e de conhecimentos sobre alternativas quanto ao sistema extrativista que possa assegurar a justiça social e de género. Em conclusão, afigura-se evidente que é fundamental a ocorrência de alternativas genuínas provenientes de movimentos sociais, de cidadãos, comunidades, e de mulheres em particular, com base nas realidades que se vivem, práticas e aspirações de desenvolvimento e que promovam a mudança emancipatória e multidimensional.

Os exemplos acima demonstram que estas alternativas já existem e são até praticadas. Uma tarefa importante no futuro é o reconheci-

to do valor destas iniciativas, para que as mesmas se tornem evidentes e para se encontrar maneiras eficazes e sustentáveis de as partilhar e reformular. A criação do poder e da solidariedade das pessoas através da preservação do património existente, e a desvinculação das comunidades da lógica da mercantilização do mercado capitalista mundial representam passos fundamentais rumo à transformação das relações com a natureza e ao desmantelamento dos sistemas do patriarcado e do extrativismo. Neste sentido, a criação dos espaços de autonomia, a promoção da auto-organização e a extensão do património são pontos de partida importantes para uma mudança progressiva.

Esta transformação multidimensional a longo prazo requer fortes debates políticos para a criação de novas instituições, assim como novos modos de produção, práticas de distribuição, e hábitos de consumo. Visto que o pessoal é político ['the personal is political'], a luta deve também promover o autoconhecimento e novas formas de ser através de uma profunda mudança cultural nas nossas práticas pessoais de consumo, de relacionamento uns com os outros e com a natureza, e dos desejos e hábitos.

Por último, mas não menos importante, no contexto de uma economia globalizada, as nossas lutas são cada vez mais interdependentes. Isto significa que a conclusão da destruição dos meios de subsistência através do extrativismo, nos países Africanos ricos em recursos, vai depender crucialmente de uma transformação social efectiva no hemisfério Norte e vice-versa. ■



## Referências

- Acosta, A. (2013). *Extractivism and neoextractivism: Two sides of the same curse*. In D. Mokrani & M. Lang (Authors), *Beyond development: Alternative visions from Latin America* (pp. 61-86). Amsterdam: Transnational Institute, The Netherlands: Fundación Rosa Luxemburg.
- Acosta, A. (2017, October 10). *Post-Extractivism: From Discourse to Practice-Reflections for Action*. Retrieved September 25, 2018, from <https://journals.openedition.org/poldev/2356>
- Aguilar, C. (2012). *Transitions towards post-extractivist societies in Latin America: an answer to the EU Raw Materials Initiative Southern alternatives policy report* (pp. 95-108, Rep.). Dublin, Ireland: Comhlamh. Retrieved from <https://issuu.com/comhlamh/docs/southern-alternatives-policy-report>
- Banerjee, S. B. (2000). *Whose Land Is It Anyway? National Interest, Indigenous Stakeholders, and Colonial Discourses*. *Organization & Environment*, 13(1), 3-38. doi:10.1177/1086026600131001
- Brand, U. (2018, November 29). *Energy Policy and Resources Extractivism: Resistances and Alternatives*. Retrieved from [https://www.rosalux.eu/fileadmin/user\\_upload/reader-en-extractivism-tunis2013.pdf](https://www.rosalux.eu/fileadmin/user_upload/reader-en-extractivism-tunis2013.pdf)
- Fernandes, M. (2018) *Feminist Alternatives to Predatory Extractivism: Contributions and Experiences from Latin America, Feminist Dialogue Series, Friedrich Ebert Stiftung, Maputo, Mozambique*.
- Galeano, E. (1974). *Open veins of Latin America: Five centuries of the pillage of a continent*. New York, NY: Monthly Review Press.
- Gedicks, A. (1993). *The new resource wars: Native and environmental struggles against multinational Corporations*. Cambridge, MA: South End Press.
- Gudynas, E. (2010). *Americas Program Report (Rep.)*. Washington, DC: Center for International Policy.
- Harvey, D. (2004). *The 'New' Imperialism: Accumulation by Dispossession*. *Socialist Register*, 40, 63-87.
- Monbiot, G. (2017, April 12). *Finally, a breakthrough alternative to growth economics – the doughnut* | George Monbiot. Retrieved September 25, 2018, from <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/apr/12/doughnut-growth-economics-book-economic-model>
- Oxfam International. (2017, March). *Position paper on gender justice and the extractive industries. (Rep.)*. Retrieved September 25, 2018, from Oxfam International website: [https://www.oxfam-america.org/static/media/files/EI\\_and\\_GJ\\_position\\_paper\\_v.15\\_FINAL\\_03202017\\_green\\_Kenny.pdf](https://www.oxfam-america.org/static/media/files/EI_and_GJ_position_paper_v.15_FINAL_03202017_green_Kenny.pdf)
- Raworth, K. (2017). *Doughnut economics: Seven ways to think like a 21st-century economist*. London, England: Chelsea Green Publishing.
- Sempreviva Organização Feminista [SOF]. (2018). *Feminist Practices for Economic Change: Women's autonomy and agroecology in the Vale do Ribeira region [PDF]*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista.
- UN Women. (2016, April 6). *Gender, Transformative Leadership & Extractive Industries*. Retrieved September 25, 2018, from <http://africa.unwomen.org/en/news-and-events/stories/2016/04/gender-transformative-leadership>
- Veltmeyer, H., & Petras, J. F. (2013). *Imperialism and Capitalism in the Twenty-first Century: A System in Crisis*. Farnham, UK: Ashgate Publishing.
- WoMin. (2014). *Johannesburg: WoMin*.





## Sobre a Série “Reflexões Feministas”

A Série “Reflexões Feministas” compartilha dissertações relevantes do trabalho colectivo do African Feminist Reflection and Action Group [Grupo Africano Feminista de Reflexão e Acção]. O grupo inclui 40 académicos feministas, activistas sociais e mulheres progressistas de sindicatos que fazem parte da arena política em diversas regiões do continente Africano. Desde Novembro de 2017, o grupo reúne-se regularmente para debater sobre os desafios que derivam dos padrões do desenvolvimento neoliberal e as actuais reações políticas negativas contra as mulheres para o activismo feminista Africano contemporâneo. Os encontros têm sido facilitados pelo escritório da Friedrich-Ebert-Stiftung, em Moçambique.

## Sobre o Autor

**Zo Randriamaro**, ié natural de Madagáscar, é pesquisadora e activista feminista e dos direitos humanos. Zo é formada em sociologia e já publicou vários trabalhos sobre os temas de género, economia, comércio e governação mundial. Zo Randriamaro também já trabalhou como especialista, nas áreas mencionadas, para organizações internacionais de desenvolvimento, incluindo para as principais agências das Nações Unidas. É fundadora e Coordenadora do Research and Support Center for Development Alternatives – Indian Ocean (RSCDA-IO/CRAAD-OI) [Centro para Alternativas de Desenvolvimento – Oceano Índico], e o Independent Observatory for Economic, Social and Cultural Rights in Madagascar [Observatório Independente para os Direitos Económicos, Sociais e Culturais em Madagáscar]. Ela é também a Presidente do Conselho do Fahamu Africa, uma organização Pan-Africana dedicada aos direitos humanos e à justiça social, e é Membro da rede internacional da Development Alternatives for Women in a New Era (DAWN) [Alternativas de Desenvolvimento para as Mulheres numa Nova Era].

**FRIEDRICH  
EBERT  
STIFTUNG**

Publicado por Friedrich-Ebert-Stiftung Mozambique

Av. Tomás Nduda 1313, Maputo, Mozambique

Tel.: 258 21 491231 | Fax.: +258 21 490286

Email: [info@fes-mozambique.org](mailto:info@fes-mozambique.org) | [www.fes-mozambique.org](http://www.fes-mozambique.org)

© Friedrich-Ebert-Stiftung 2018

ISBN: 078-989-54223-6-4

Design - João Athayde e Melo | Ilustração - Ruth Bañon

O uso comercial de todos os meios de comunicação social publicadas pela Friedrich Ebert Stiftung (FES) não é permitido sem o consentimento por escrito da FES. Esta publicação pode ser citada, ou em extractos reproduzida, desde que a fonte seja devidamente reconhecida. As opiniões expressas nesta publicação não são necessariamente os da Friedrich Ebert Stiftung.